

Operações de garantia da lei e da ordem realizadas no Estado do Rio de Janeiro

Lições aprendidas e modelos de emprego das Forças Armadas

*Alexandre José Gomes Dória**

Introdução

O presente trabalho tem por finalidade analisar as lições aprendidas e os modelos de emprego das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem (GLO). Inicialmente, faz-se um breve histórico das operações de GLO, que tiveram início na década de 90, com a atuação das Forças Armadas em apoio às Forças de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro com a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como ECO-92 (junho de 92). Em anos subsequentes, ocorreram várias operações de GLO, mas, neste artigo, serão abordadas a Operação São Francisco, realizada no Complexo da Maré, de abril de 2014 a junho de 2015, e as Operações FURACÃO realizadas de julho de 2017 a fevereiro de 2018 pelo Comando Conjunto (Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira) em apoio aos órgãos de segurança pública (OSP) do Estado do Rio de Janeiro. Todas subordinadas ao Comando Militar do Leste, com a finalidade de com-

bater a violência e o crime organizado no Estado do Rio de Janeiro.

A Operação São Francisco teve como principal característica de emprego a duração e a ocupação da comunidade. Foi constituída uma Força com tropas da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro com áreas de responsabilidade tática definidas e que contaram com presença de tropa diariamente, ao longo de quatorze meses.

As Operações FURACÃO tiveram início em junho de 2017 e, neste trabalho, estão analisadas até fevereiro de 2018, quando o autor deste artigo deixou de fazer parte do Comando Conjunto das Operações. Este Comando Conjunto, constituído por tropas da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, possuía representantes de ligação da Polícia Civil e Militar do Estado do Rio de Janeiro, Força Nacional, Polícia Rodoviária Federal e Agência Brasileira de Inteligência. Nessas operações, as principais características de emprego foram as ações de curta duração, pontuais, e em apoio aos órgãos públicos de segurança do Estado do Rio de Janeiro.

Estas operações foram escolhidas pois

* CMG Fuz Nav (EN/92, CAOCFN/99, CEMOS/EGN/09, ECEME/18). Foi chefe do Estado-Maior do GptOpFuzNav-MARÉ I e VI, e fez parte do Estado-Maior Conjunto das Operações FURACÃO até Jan/18. Atualmente, é o chefe do Estado-Maior do 6º Distrito Naval, em Ladário-MS.

são dois modelos diferentes de emprego das Forças Armadas em operações de GLO, que, ao serem analisadas, apresentarão várias lições aprendidas. Em virtude da experiência do autor, os aspectos a serem abordados nesta pesquisa serão, em grande parte, relativos ao Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil.

Por fim, foram feitas as análises destes modelos para disponibilizarmos sugestões de melhoria no emprego das Forças Armadas em operações de GLO.

Operação São Francisco e suas lições aprendidas

A Operação São Francisco foi autorizada pela Presidência da República, atendendo a um pedido de apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, com tempo expresso de atuação, visando ao combate ao crime organizado. Esta tarefa foi oficializada através da Diretriz Ministerial nº 9, assinada pelo então ministro da Defesa, Sr. Celso Amorim; diretriz que estabelecia as condições de emprego da tropa em operação de GLO, a constituição da Força de Pacificação (FPac) como uma Força Conjunta

e as limitações geográficas e temporais. Esta operação teve a duração de quatorze meses (abril de 2014 a junho de 2015) e caracterizou-se pela sua longa duração e a presença permanente da tropa na comunidade durante todo o período.

A Força de Pacificação (**Figura 1**) ficou o período todo sob o comando de um oficial-general de brigada do Exército Brasileiro e contava com um Estado-Maior composto por militares da Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira, por uma célula de operações de informações (CelOpInfo), por três forças-tarefas (FT) do nível batalhão de infantaria, um grupamento operativo de fuzileiros navais nucleado por um batalhão de infantaria de fuzileiros navais (GptOpFuzNav), uma FT de operações especiais (FTOpEsp), dois esquadrões de cavalaria (Esqd Cav) [um sobre rodas (SR) e outro sobre lagarta (SL)], uma companhia de engenharia de combate (CiaEngCmb), elementos de aviação (ElmAv) [Arv Recon], um destacamento logístico (DstLog), uma companhia de comando (CiaCmndo) e um destacamento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (DstPMERJ).

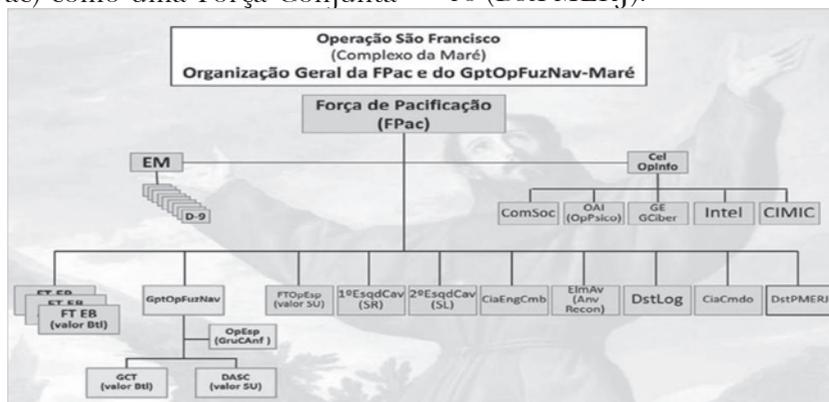


Figura 1 – Organização geral da FPac e do GptOpFuzNav-Maré

Fonte: o autor

O Complexo da Maré é localizado na Zona Norte do Município do Rio de Janeiro-RJ. Possui cerca de 130 mil habitantes (IBGE 2010) e é o maior conjunto de comunidades carentes, totalizando 15, chegando a mais de 43 mil domicílios.

A localização do Complexo da Maré é estratégica, pois limita com as principais vias de acesso que demandam a cidade, especialmente durante os grandes eventos internacionais que foram realizados no Rio de Janeiro. Ao Norte, é limitada pela baía de Guanabara, a Oeste pela Avenida Brasil e a Leste pela via da Linha Vermelha, além de ser cortada transversalmente pela Linha Amarela e pela Avenida Brigadeiro Trompowski, que acessa a Av. Brasil e a Linha Vermelha. É considerada a mais importante conexão rodoviária urbana do município.

O GptOpFuzNav-Maré na Operação São Francisco

A Força de Pacificação da Operação São Francisco operou no período de 5 de abril de 2014 a 30 de junho de 2015, com a responsabilidade de conduzir o processo de pacificação da Maré (O ANFÍBIO 2015); para isto contava com quatro peças de manobra, três FT nível batalhão de infantaria e um GptOpFuzNav [nucleado por um batalhão de infantaria de fuzileiros navais (BtlInfFuzNav)], além dos apoios. A tropa neste período obedecia a um sistema de rodízio em que, a cada dois meses, havia o revezamento.

A Comunidade da Maré, devido ao seu tamanho, apresentava uma peculiaridade, que era a diversidade de organizações criminosas existentes em sua área, como podemos ver na **Figura 2**.



Figura 2 – Distribuição das facções criminosas na Comunidade da Maré

Fonte: o autor

O GptOpFuzNav, sendo nucleado por um BtlInfFuzNav, tinha o valor de uma unidade anfíbia (UAnf) e se organizou com um Grupo de Comando (GpCmndo), um Grupo de Combate Terrestre (GptCT – valor batalhão) e um Destacamento de Apoio de Serviços ao Combate (DASC – valor subunidade), chegando a alcançar um efetivo de até seiscentos militares.

A missão do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais – MARÉ era:

Realizar a intervenção e o investimento sobre a Zona de Ação (ZAç); substituir as tropas da PMERJ que estão operando na área; e conduzir operações de garantia da lei e da ordem (GLO), em conjunto com os Órgãos de segurança e ordem pública (OSOP), outras agências e órgãos governamentais e não governamentais, a fim de contribuir para a preservação da ordem

pública, incolumidade das pessoas e do patrimônio, no Complexo da Maré.

Devido às características do terreno e ao comportamento das facções criminosas, a zona de ação (ZAç) do GptOpFuzNav-MARÉ foi alterada duas vezes ao longo da operação (**Figura 3**).

A ZAç inicialmente atribuída ao GptOpFuzNav-Maré compreendia quatro comunidades, que eram: Conjunto Esperança, Vila Pinheiro, Salsa e Merengue e Vila do João, esta última compreende 40% de toda a área urbanizada do Complexo. Com o passar da operação e com o propósito de melhor distribuir a zona de pacificação entre as peças de manobra, foi eliminada, inicialmente, a Vila Pinheiro; posteriormente, a Salsa e Merengue.

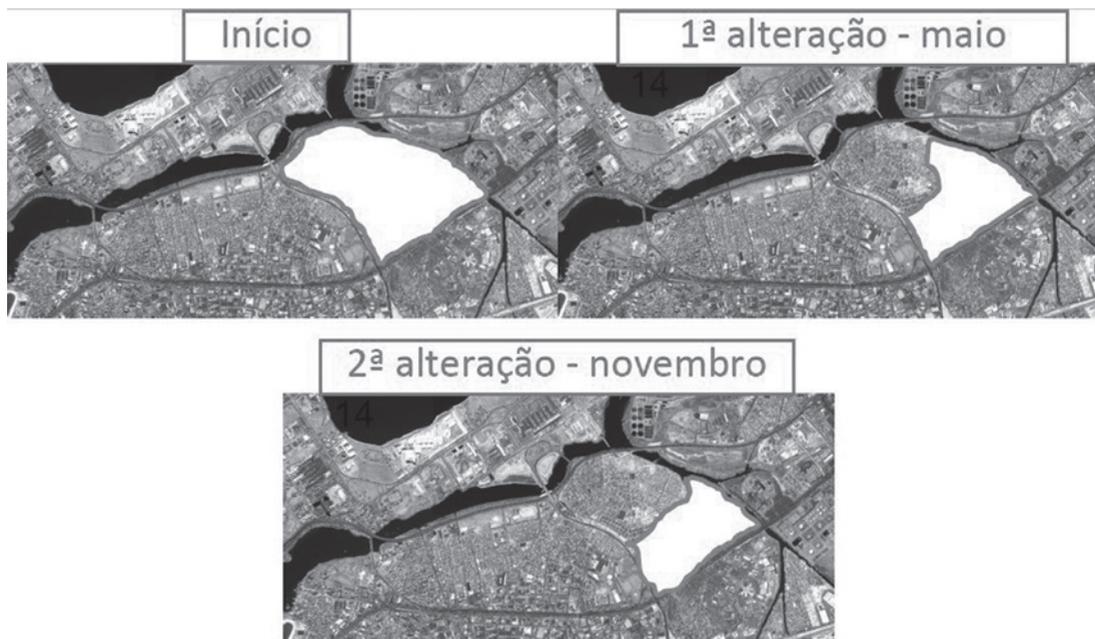


Figura 3 – Alterações na ZAç do GptOpFuzNav-MARÉ (Mai 14 e Nov 14)

Fonte: o autor

O Grupamento recebeu o nome de Maré devido à localidade de atuação e, como foi um longo período de emprego e houve o rodízio da tropa, recebeu no final do nome a numeração de I a VIII (Ex.: O GptOpFuzNav-MARÉ I).

Por ser uma organização por tarefa, a constituição e recursos dos grupamentos foram definidos no planejamento, sempre considerando flexibilidade e versatilidade. De maneira geral, os GptOpFuzNav-Maré foram constituídos por tropas de diversas naturezas e especialidades, como de infantaria (as quatro subunidades), operações especiais, comunicações, guerra eletrônica, SARP (sistema de aeronave remotamente pilotada, denominação adotada para VANT – veículos aéreos não tripulados), blindados sobre rodas, engenharia, defesa nuclear biológica química e radiológica (DQBN), desativação de artefatos explosivos (DAE), serviço de polícia (com o uso de cães farejadores), assessoria jurídica e religiosa, assuntos civis, comunicação social, apoio de serviços ao combate (ApSvCmb), nas diversas funções logísticas. Contava, sob o controle operacional, com uma aeronave SeaHawk (SH-16) do Esquadrão de Helicópteros Antissubmarino (HS-1) da Força Aeronaval da Marinha do Brasil, aeronave dotada de sensores e câmeras de multiemprego. Ao longo do tempo da Operação São Francisco, os GptOpFuzNav-Maré foram tendo modificações para se adaptarem às mudanças das situações que se apresentavam, tais como a incorporação de destacamentos de batedores motociclistas, para realização de escolta das viaturas blindadas PIRANHA e destacamentos femininos para inspeção de pessoal, entre outras.

Devido ao longo tempo da Operação, quase 14 meses, houve a necessidade de serem empregadas tropas pertencentes ao Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN) e de seus Comandos (Comando do Pessoal de Fuzileiros Navais e Comando do Material de Fuzileiros Navais), dos Grupamentos dos Distritos (Belém, Ladário, Manaus, Natal, Rio de Janeiro, Rio Grande e Salvador), que completaram os efetivos das tropas da Força de Fuzileiros Navais sediadas no Rio de Janeiro.

Em virtude da distância e para facilitar a execução das manobras, os meios de Fuzileiros Navais foram movimentados e concentrados na Seção de Transporte de Superfície da Aeronáutica, subordinada ao Grupo de Apoio (GAP) da Força Aérea Brasileira (FAB). Nesta Base Operacional foram estabelecidas as áreas de apoio e serviço ao combate, a do Posto de Comando (PC), com suas respectivas agências, e do Grupamento de Combate Terrestre (GptCT).

O GpOpFuzNav-MARÉ se viu diante de um conflito de Quarta Geração (caracterizado pela assimetria entre os contendores e pela presença de opositores não estatais), definição do Professor Willian Lind¹ (LIND, 1989). Tal conflito possui as seguintes características: participação ativa de opositores não estatais, agentes perturbadores da ordem pública (APOP), em locais indeterminados; um complexo campo político, em que questões de segurança ou de defesa ultrapassam a esfera militar, trazendo repercussões em todos os campos do Poder Nacional, levando as diversas agências públicas (Polícia, Defesa Civil, Inteligência, entre outras) a interagirem; atuação de influentes

organizações não governamentais (ONG) e grupos sociais diversos; o uso irrestrito dos meios de comunicação de massa e a informação digital; o “campo de batalha” sem uma linearidade; grande assimetria entre as tropas de pacificação e seus oponentes; e espaço de manobra bem limitado para uma enorme quantidade de ações de natureza distinta [ofensiva, defensiva, ações cívico-sociais (ACISO), entre outras]. Estas características também foram abordadas por VISACRO em *O Desafio Da Transformação (Military Review, v.2/2011. P.49)*

O GptOpFuzNav-MARÉ participou de um conflito moderno e prolongado, de intensidade baixa, mas com enfrentamentos pontuais, intensos e violentos, limitados por regras de engajamento restritivas e em ações descentralizadas. Nesse ambiente, foram desenvolvidas ações táticas para proteger civis, no meio de civis e contra civis. O centro de gravidade² de toda a operação foi a própria população.

As ações do GptOpFuzNav confirmaram os conceitos do general Charles KRULAK, do United States Marines Corps (USMC), no seu texto doutrinário *O cabo estratégico: liderança na guerra de três quarteiros*.³ Neste tipo de conflito, existem diversas frentes, de naturezas diferentes, simultâneas e concentradas no mesmo espaço geográfico. As ações nos pequenos escalões influenciam os níveis superiores, e as decisões isoladas de nossos militares podem tomar vulto e trazer consequências em outros campos de decisão e outros níveis de influência na operação (KRULAK,1999).

As ações previstas para a manobra inicial do GptOpFuzNav, no dia 5 de abril de 2014, foram todas desencadeadas da base operacional e logística, estabelecida no GAP

RIO-FAB, e foram divididas em três fases. A primeira fase foi a de bloqueio e controle dos acessos à Zona de Ação (ZAç) do grupamento; a segunda foi o avanço sobre a ZAç, com a ocupação, vasculhamento e substituição das Tropas da PMERJ; e a terceira foi o controle da ZAç e a execução das ações de GLO. Cabe salientar que essas ações foram executadas sem sobressaltos ou imperícias, o planejamento foi realizado baseado em procedimentos preexistentes, fruto de ensinamentos adquiridos em outras operações de fuzileiros navais, especialmente em operações militares em ambientes urbanos (OMAU), operações de paz, operações interagências, de ajuda humanitária e contra “forças irregulares”. Esta operação teve o faseamento da ação tática assemelhada ao de uma OMAU, com a inclusão de etapas posteriores, característica das operações de GLO (Op GLO). Esta campanha foi considerada, em sua natureza, como uma operação de estabilização.⁴ Assim, esta experiência na Comunidade da Maré, com todas essas condicionantes, trouxe um considerável legado doutrinário.

Com o término das duas primeiras fases, com o controle da área e assim limitando a liberdade da ação dos APOP no interior da ZAç, o GptOpFuzNav passou para a terceira e última fase da operação, que foi a Op GLO. Esta, caracterizada pelas atividades de patrulhamento; policiamento (postos de controle de trânsito e checagem de pessoal e viaturas; segurança de instalações críticas; patrulhamento ostensivo; reconhecimento e vigilância; operações com caçadores⁵ para proteção da tropa); assistência – ACISO; apoio às ações de órgãos de ordenamento e

instituições públicas; apoio ao cumprimento de mandados judiciais; ações de cerco e vasculhamento de áreas pontuais; e instrução, adestramento e cooperação com a Polícia Militar, nos momentos finais da Operação, com o intuito de restituir à PMERJ o controle da ZAç.

Para a condução da operação, privilegiando a manobra, foram adotados os fundamentos: 1) presença permanente na ZAç para não ser necessária a reconquista; 2) poder de combate variável na ZAç para gerar incerteza e desconforto nos APOP; 3) patrulhamento com tropas de diversas naturezas (blindada, motorizada e a pé, com apoio de viaturas, cães, aeronaves e outros meios), de maneira coordenada e simultânea; 4) rapidez na reação proporcional; e 5) operações baseadas na Inteligência.

Não podemos deixar de citar os principais indicadores dos resultados da Operação São Francisco, divulgados pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISPRJ) na *internet*, no *site* “G1”. Até a chegada da tropa no Complexo da Maré (abril de 2014), a taxa anual de homicídios na área, que era de 21,29 mortes por 100 mil habitantes, caiu para 5,33 mortes (redução por volta de 75%), após a ocupação das tropas federais.⁶ Segundo o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), foram executadas pela FPac mais de 550 prisões de adultos, e detidos cerca de 250 menores. Houve mais de 550 ocorrências com apreensão de drogas, 58 armas e cerca de 4.000 cartuchos, 60 automóveis e 100 motocicletas irregulares. Ainda, foram realizados cerca de 106 autos de prisão em flagrante e 121 detenções por crime militar.⁷

Lições aprendidas na Operação São Francisco

Fazendo uso dos Relatórios de Fim de Comissão dos GptOpFuzNav-MARÉ (do I ao VIII),⁸ podemos observar as lições aprendidas de maior importância:

- a) para compor o primeiro GptOpFuzNav-MARÉ, foi escolhido como núcleo o Comando da Tropa de Desembarque (CmndoTrDbq), proporcionando assim rapidez e praticidade, ratificando as finalidades da criação desta OM;
- b) ficou bem caracterizada a importância das operações interagências em GLO, principalmente porque o GptOpFuzNav-MARÉ atuou com equipes de assuntos civis, jurídicos e de comunicação social, atividades que exigem uma grande coordenação e dependência com outras agências;
- c) a coordenação e a ligação com o setor jurídico, principalmente para expedir mandados de vasculhamento, mostraram-se essenciais nas Op GLO;
- d) para o maior entendimento e coordenação de esforços, o Estado-Maior Conjunto da FPac (comando imediatamente superior do GptOpFuzNav) deve possuir, de forma adequada, representantes de todas as forças e agências participantes;
- e) o uso de câmeras filmadoras pela tropa é de grande importância, principalmente para o respaldo jurídico das ações e na checagem da conduta dos militares;
- f) a existência de um grupo de comandos anfíbios (GruCANf) subordinado diretamente ao Comando do GptOpFuzNav mostrou-se de suma importância nas Op, principalmente para: reconhecimento e vigilância, ações diretas, proteção da tropa por ações de caçadores (atiradores de precisão), apoio aos elementos de manobra em ações complexas e escoltas de autoridades —

- very important person* (VIP) — na ZAç;
- g) o uso de sensores tipo câmeras com capacidade de captação infravermelha e termal (câmeras tipo *forward looking infra-red* – FLIR) em helicópteros e aeronave remotamente pilotada (ARP) e o uso de sensores de visão termal e noturna por ElmOpEsp e pela infantaria permitiram melhor consciência da situação nas ações nos ambientes urbanos do Complexo da Maré;
 - h) as operações de apoio à informação (OAI)⁹ foram muito importantes devido à necessidade de angariar a simpatia da população local. Esta, por anos, sofre a coação realizada pelos APOP. As OAI permitiram “mensurar” e avaliar os indicadores da Comunidade da Maré;
 - i) a evolução das condições da base operacional e logística (GAp RIO-FAB) ao longo da Operação, com o aluguel de tendas climatizadas, contêineres tipo banheiro e escritório, locais distintos para equipamentos e dormitório, foi importante para a tropa, permitindo o conforto, a organização e a segurança;
 - j) a importância do uso da guerra eletrônica (GE) na manobra do GptOpFuzNav, já que os APOP empregavam intensamente o meio radioelétrico para sua coordenação; e
 - k) devido à descentralização das ações, à complexidade do terreno e à baixa aceitabilidade de risco inerentes às Op GLO em áreas urbanas brasileiras, foi constatada a necessidade do emprego de sistemas informacionais eficazes para controle do posicionamento instantâneo da tropa, facilitando assim o controle no campo de batalha.

Durante a Operação São Francisco, a FPac pôs à prova não só a tropa, mas também a credibilidade das Forças Armadas e a sua capacidade de responder aos desejos

da sociedade. Um dos grandes motivos de a missão ter sido bem executada por parte do GptOpFuzNav foi o rígido cumprimento das regras de engajamento, que balizaram a sua conduta. Com isto, podemos observar que não houve nos oito contingentes do GptOpFuzNav-MARÉ nenhuma vítima grave ou letal em seus efetivos, tampouco ocorrência de fatalidades entre a população inocente causada por ação direta de ações da tropa, o que demonstrou o alto grau de profissionalismo. Infelizmente, não podemos deixar de citar o cabo (EB) Michel Mikami, companheiro de arma que veio a falecer devido a um disparo feito por um APOP.

A Op GLO estabelece para as Forças Armadas, e por consequência ao Corpo de Fuzileiros Navais, a necessidade de um adequado preparo para o combate, não podendo, contudo, descurar de seus eixos estruturais (operações anfíbias, guerra de manobra e GptOpFuzNav), razão principal de sua existência, considerando as demais forças militares brasileiras.

Operações FURACÃO e suas lições aprendidas

As Operações FURACÃO surgiram devido ao pedido de ajuda na segurança pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro ao Governo Federal, e estão, neste artigo, estudadas até fevereiro de 2018, quando o autor deste trabalho deixou de fazer parte do Comando Conjunto das Operações, tendo participado das Operações FURACÃO I até a XV. Nelas, as Forças Armadas tiveram a seguinte missão:

A fim de apoiar as ações e atividades do Plano Nacional de Segurança Pública – Fase Rio de Janeiro, ficar em condições de realizar Operações de Inteligência e Garantia da Lei e da Ordem, a partir de 28 de julho de 2017, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em cooperação com os Órgãos do governo federal, estadual e municipal, na preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em um quadro de normalidade institucional, mediante ordem do Presidente da República, por meio de operações de curta duração, com objetivos pontuais muito bem definidos. (Apresentação do Comando Conjunto, Comando Militar do Leste – Jul 17)

Ao analisarmos esta missão, destacam-se as diferenças da Operação São Francisco (Complexo da Maré). A primeira é o tamanho da área de atuação, que é a região metropolitana do Rio de Janeiro; a segunda é que as operações foram de curta duração; e terceira, e última, é que as operações foram em cooperação, em apoio aos órgãos de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Para executarem estas operações, foi constituído um Comando Conjunto, com militares da Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira, e faziam parte ainda deste Estado-Maior elementos de ligação das Polícias Civil e Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Força Nacional, da Polícia Rodoviária Federal e da Agência Brasileira de Inteligência.

Para as Operações FURACÃO I a XV, as tropas estavam organizadas da seguinte maneira:

- a) Marinha do Brasil: Um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (Gp-

tOpFuzNav), nível unidade anfíbia (UANf), que possui como núcleo um dos componentes valor batalhão;

- b) Exército Brasileiro: 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (9ª Bda Inf Mtz); Brigada de Infantaria Paraquedista (Bda Inf Pqdt); Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército (AD/1ª DE); 1º Batalhão de Polícia do Exército (1º BPE); 11º Batalhão de Polícia do Exército (11º BPE); Força-Tarefa de Operações Especiais do Comando de Operações Especiais (FT OpEsp / COPEsp); e
- c) Força Aérea Brasileira: Grupo de Segurança e Defesa da Ala 11 (GDS – 11).

Estes efetivos eram ativados mediante ordem e poderiam ser todos a uma ou apenas algumas frações; o efetivo total poderia chegar até a 8.893 militares. O Comando Conjunto era comandado por um general de divisão do Exército Brasileiro e estava subordinado ao Comando Militar do Leste.

As Operações FURACÃO também contaram com os meios navais, para apoio marítimo, caso fosse necessário, e aeronaves da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

De junho de 2017 a janeiro de 2018, foram realizadas quinze operações (FURACÃO I a XV), nas seguintes comunidades: Complexo da Maré, Complexo do Lins, Complexo do Caramujo, Cidade de Deus, Juramento (Vila da Penha), Morro da Providência, Chapéu Mangueira, Babilônia, Jacarezinho, Rocinha, Sapinho e Barro Vermelho, Morro da Babilônia, Morro dos Macacos, Complexo do Salgueiro, Morro do Barbante, Morro da Juariza e Mangueira. Algumas destas operações foram executadas em locais repetidos e podiam ser simultâneas, em mais de uma comunidade.

Estas operações tinham como principal tarefa o apoio aos órgãos de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. As tropas realizavam os cercos das comunidades para prestar a segurança aos agentes, policiais civis e militares, para que eles pudessem cumprir os mandados de prisão, apreensão de drogas, armas, munição e armamentos. As tropas das Forças Armadas, durante estas operações, permitiram o funcionamento dos serviços públicos, como: recolhimento de lixo, reparos na rede elétrica, na rede de esgoto, entrega dos Correios e funcionamento do comércio e escolas.

Comparando, a Operação São Francisco (Complexo da Maré) com as Operações FURACÃO, constatam-se duas principais diferenças. A primeira, foi o tempo de presença da tropa no terreno; e, a segunda, a diversidade de comunidades onde foram desencadeadas as operações. Nas Op FURACÃO, as ações eram pontuais e com tempo determinado, de curta duração (máximo de 48 horas).

Com o trabalho do Estado-Maior Conjunto, apoiado no levantamento de dados da inteligência e dos órgãos de segurança pública, Polícias Civil e Militar do Estado do Rio de Janeiro, Força Nacional, Polícia Rodoviária Federal e Agência Brasileira de Inteligência, foi solicitada e aprovada a atuação das Forças Armadas, não só no município do Rio de Janeiro, mas também no Estado do Rio de Janeiro, ficando a missão assim redigida:

Em apoio às ações do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), realizar Operações de Inteligência e de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2018, no Estado do Rio de

Janeiro, em cooperação com os órgãos dos governos federal, estadual e municipal, na preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em um quadro de normalidade institucional, mediante ordem do Presidente da República (PR), por meio de operações de curta duração, com objetivos pontuais muito bem definidos, a fim de contribuir para a melhoria dos índices de segurança pública no Estado.

Sendo assim, as Operações FURACÃO mantiveram suas duas principais características, ações pontuais e de curta duração, mas aumentou sua área de atuação para todo o Estado do Rio de Janeiro, e contou, principalmente, com o apoio da Polícia Rodoviária Federal, para a atuação nas rodovias federais. Para a execução desta missão, existiam duas principais tarefas: A primeira, de bloqueio, controle e fiscalização dos principais acessos terrestres ao Estado do Rio de Janeiro, em cooperação com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) e demais agências que participam do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), a fim de contribuir no combate a ilícitos transnacionais (particularmente o contrabando de armas e drogas) e na diminuição dos índices de roubo de cargas; e, a segunda, de cerco, desobstrução de vias, de controle de áreas-problema e vias urbanas específicas (previamente definidas) e, mediante ordem, ações dinâmicas de estabilização nas comunidades da região metropolitana da Capital, em apoio aos órgãos de segurança pública (OSP) do Estado do Rio de Janeiro.

O trabalho conjunto do Estado-Maior, principalmente com a Polícia Rodoviária Federal e as agências de inteligência, fez

chegar às principais rotas de entrada de armas e drogas no estado do Rio de Janeiro.

Estas principais rotas têm como via final a BR-116. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, noventa por cento das apreensões de armas, munições e drogas nos meses de janeiro a novembro de 2017 foram feitos na BR-116. Poderíamos dizer que, a partir de janeiro de 2018, houve um incremento nas Operações FURACÃO com esta tarefa de bloqueio, no intuito de atingir a logística do contrabando de armas e drogas e do roubo de cargas.

O GptOpFuzNav nas Operações FURACÃO (I a XV)

O GptOpFuzNav participou das Operações FURACÃO I a V e das VIII a XIII; para isto, configurou-se da seguinte forma: nucleado por um BtlInfFuzNav, tinha o valor de uma unidade anfíbia (UANf) e se organizou com um Grupo de Comando (GpCmnd), um Grupamento de Combate Terrestre (GptCT – valor batalhão) e um Destacamento de Apoio e Serviço ao Combate (DASC – valor subunidade), chegando a alcançar um efetivo de até oitocentos militares. Possuía um destacamento de operações especiais (Grupo de Comandos Anfíbios – GruCANf) subordinado diretamente ao Comando do GptOpFuzNav.

As Operações FURACÃO que tiveram a participação do GptOpFuzNav ocorreram nas seguintes localidades: Vias da região centro-sul da cidade do Rio de Janeiro — Caju até São Conrado (Op FURACÃO I); Complexo do Lins (Op FURACÃO II); Complexo do Caramujo (Op FURACÃO III); Jacarezinho (Op FURACÃO IV); Rocinha (Op FURACÃO V); Morro dos Macacos (Op FU-

RACÃO VIII); Rocinha (Op FURACÃO IX); Cidade de Deus (Op FURACÃO X); Complexo do Salgueiro (Op FURACÃO XI e XII); e Comunidades da Mangueira, Tuiuti, Arará e Mandela (Op FURACÃO XIII). Devido ao fato de as operações serem pontuais e de curto período, não houve a necessidade de uma base de apoio operativa e logística aos moldes do que ocorreu na Comunidade da Maré. Em algumas operações, houve a necessidade da criação de um grupo tarefa marítimo, nucleado pelo Grupamento de Patrulha do Sudeste, para a execução do cerco marítimo, casos ocorridos nas FURACÃO XI e XII. Este Grupo ficou subordinado ao Comando Conjunto da Operação.

Lições aprendidas nas Operações FURACÃO (I a XV)

Baseado em relatórios de fim de comissão dos GptOpFuzNav que participaram das Operações FURACÃO I a V e VIII a XIII, podemos observar as seguintes lições aprendidas:

- a) Segurança dos militares: em todas as fases das operações, do planejamento à execução, foi sempre considerada a segurança dos militares, principalmente nos deslocamentos, no Posto de Comando (PC), na Área de Apoio Logístico (AAPLog), nas zonas de reunião (ZReu) e nas áreas com maior probabilidade de confronto.
- b) Regras de engajamento (RE): todos os militares envolvidos na operação deviam ter o pleno conhecimento das regras de engajamento, principalmente no que se relaciona ao procedimento com menores, mulheres e crianças (até 12 anos). As RE evitam abusos, mas também salvam vidas quando a força é empregada de forma correta e continuamente.
- c) O comportamento do fuzileiro naval caracterizou-se, sempre, por exercer a

- autoridade com respeito à população, com rigor e cortesia.
- d) Cadeia de evacuação: devido ao fato de os locais das operações serem de difícil acesso e as pequenas frações (nível grupo de combate – GC) atuarem isoladas, todos deveriam ter o conhecimento da cadeia de evacuação, principalmente os motoristas.
 - e) Sigilo: a manutenção do sigilo foi fundamental para o sucesso da operação.
 - f) Ocorrências: devido à evolução rápida das ações durante as operações, as ocorrências deveriam ser informadas o mais rápido possível ao PC Tático do Componente de Comando.
 - g) Apresentação militar: o militar deve atentar para a atitude militar, a boa atitude ajuda positivamente na percepção e no respeito da sociedade com a tropa.
 - h) Celulares: deve-se restringir ao mínimo o uso de celulares durante as operações.
 - i) Uso de câmeras: usar ao máximo câmeras tipo “GoPro” para registrar qualquer tipo de ação da tropa.
 - j) O uso de balaclava (ou brucutu) com estampas, desenhos ou grafismo foi proibido.
 - k) Assim que estivesse definida a área de ação, deveriam ser solicitadas cartas e fotografias aéreas, como também, se possível, o sobrevoo da aeronave remotamente pilotada (ARP).
 - l) Deve haver atenção para os procedimentos de “sarqueamento” (consulta inicial sobre veículos roubados e mandados de prisão).
 - m) Deve haver o estabelecimento de recomendações para abordagem, revista e com veículos roubados encontrados na ZAÇ: com as operações, foram criados procedimentos para todas estas situações citadas.
 - n) É de suma importância o cerrado comando e o controle neste tipo de operação, as comunicações são básicas para a coordenação das ações e dos eventos, como também o cumprimento das tarefas na Hora-H coordenadas com as demais Forças Amigas e com os órgãos de segurança pública.
 - o) O emprego do ARP tático deverá ser feito somente com a coordenação e a autorização do Componente de Comando.
 - p) Nas operações, foi formada e disposta, na ZAÇ, a Delegacia Policial da Justiça Militar (DPJM), para ajudar e apoiar nos procedimentos de prisões, detenções e apreensões e, por determinação do Ministério Público Militar (MPM), em toda operação deveria haver um destacamento de peritos criminais na ZAÇ.
 - q) Foram de grande valia o uso do equipamento rádio SEPURA e os rádios APX do sistema PACIFICADOR até no nível grupo de combate (GC), como ferramenta de consciência situacional, facilitando muito o comando e controle da operação.
 - r) Nos deslocamentos para a área da operação deveriam ser evitados, se possível, trechos da Linha Vermelha e Linha Amarela próximos à Comunidade da Maré. Ocorreram casos de combóios serem atacados com pedradas.
 - s) Sempre que possível, é conveniente apoiar com viaturas (Vtr) blindadas o deslocamento da tropa nas comunidades, pois houve casos da execução de tiros isolados contra a tropa.
 - t) Emprego dos princípios da segurança x massa x surpresa: o emprego do princípio da massa garantiu a segurança da tropa, pois normalmente inibia a reação por parte das Forças Adversas (FAdv), mas poderia prejudicar o sigilo das ações, prejudicando assim a surpresa. Assim sendo, há que se estudar a priorização do Comando para cada operação, optando então pelo princípio a ser enfatizado.

- u) O emprego de tropas de operações especiais (OpEsp) foi bastante utilizado e valorizado, principalmente por eixos não comumente utilizados (matas, canais, praias etc.), o que garante a surpresa. Podem ser empregados também para o estabelecimento de pontos de vigilância (PVig), caçadores (atiradores de precisão) e para favorecer o investimento no interior das comunidades).
- v) A interação da inteligência operacional entre o GptOpFuzNav e o Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE) tem facilitado muito a troca e obtenção de dados da área de operação.
- w) O emprego de cães da Companhia de Polícia (CiaPol) ajudou bastante a encontrar explosivos e entorpecentes, nas revistas nos pontos de controle de trânsito (PCTran) e nos vasculhamentos de matas. A presença dos cães também inibiu a tentativa de homizio ou passagem deste tipo de material pelas posições ocupadas pela tropa.
- x) O emprego do Destacamento de Serviço de Polícia Feminino (DstSvPol-Fem) foi amplo e de grande valia, devido às restrições legais e orientações do Ministério Público.

Podemos observar que, apesar de as Operações FURACÃO serem de características diferentes da Operação São Francisco (Complexo da Maré), enquanto a primeira realizou ações pontuais, com o tempo reduzido e em diversas comunidades, e a segunda em uma só comunidade e por um tempo longo, os ensinamentos aprendidos são parecidos, diferenciando alguns por causa das particularidades de cada operação.

As Operações FURACÃO tiveram como pontos fortes a minimização de efeitos colaterais; a estabilização das comunidades; o apoio aos órgãos de segurança e ordem pública

(OSOP), complementando suas capacidades; redução dos índices de criminalidade; aumento de apreensões de armas e drogas e recuperação de cargas roubadas; dissuasão devido à demonstração de força perante as organizações criminais (OrCrim) e os agentes perturbadores da ordem pública (APOP); interoperabilidade e integração entre as FFAA e OSP envolvidos; e o emprego dos princípios de massa, sigilo e surpresa da tropa.

Contudo, pode-se dizer que houve inconvenientes, como uma reduzida liberdade de ação, devido à não declaração de mecanismos constitucionais que facilitariam as operações; como também o “engessamento jurídico”, que dificultou a autorização de mandados coletivos. Outros sérios óbices foram a dificuldade de operar com os OSP estaduais, em particular a Polícia Militar do estado, pela fragilidade organizacional e, por vezes, disciplinar; o ineficaz regime de trabalho dos policiais, que ocasiona solução de continuidade às atividades; e lamentavelmente, a corrupção de parcela dos integrantes dos OSOP, que desmoraliza e fragiliza os bons profissionais.

O modelo das Operações FURACÃO, em que as forças militares participaram efetuando cercos, varreduras, apoio logístico e de inteligência, apresentou alguns problemas, como a eficácia dos cercos, que é prejudicada pela dificuldade de distinguir o elemento adverso desarmado do cidadão de bem, ou seja, basta esconder seu armamento, muitas vezes na residência de pessoas inocentes e retirar-se da comunidade cercada. Este tipo de problema pode ser minimizado com a distribuição de listas com fotos e nomes de elementos adversos já procurados pela tropa com o intuito

de identificá-los. O vazamento de informações também compromete muito a eficácia do cerco. Quanto ao apoio logístico, vale salientar o apoio ao movimento prestado por meio dos nossos blindados, dando não só a segurança para nossas tropas como também aos elementos dos órgãos de segurança pública. E, no campo da inteligência, utilizamos o Sistema de Aeronaves Remotamente Tripuladas (SARP) e meios de guerra eletrônica, ajudando na ampliação de reconhecimento de áreas e de dados sobre a localização e movimentação dos APOP.

Um importante aspecto a ser analisado é referente ao campo jurídico. A Constituição Federal de 1988, no artigo 142, e o Decreto nº 3.897, de 24 de agosto 2001, que fixam as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na GLO, dão a esse tipo de aplicação do poder militar um caráter absolutamente excepcional e episódico, o que pode ser observado com maior precisão nos artigos 3º, 4º e 5º do referido Decreto. Assim, o emprego das Forças Armadas em apoio às forças de segurança pública não deixa de ser uma inversão da ordem natural entendida, tanto pelo constituinte, quanto pela autoria do referido Decreto e, até certo ponto, oferece uma indicação de que ainda não tenha ocorrido o imprescindível esgotamento desses instrumentos de segurança pública.

Conclusão

Este artigo teve como objetivos apresentar e analisar os dois principais tipos das operações de GLO realizadas recentemente pelas Forças Armadas e elucidar algumas lições aprendidas. Foram elas, a Operação

São Francisco, realizada no Complexo da Maré, que teve como principais características a longa duração e a atuação somente na Comunidade da Maré, e as Operações FURACÃO, que tiveram como características a curta duração (máxima de 48 horas) e serem desencadeadas em várias comunidades da área metropolitana do Rio de Janeiro e Niterói. Apesar de possuírem características diferentes, muitas lições aprendidas são similares, como foi exposto.

Assim, podemos chegar a algumas conclusões e indicar propostas, que serão de difícil implementação, cujos resultados serão observados a longo prazo.

As Forças Armadas só deveriam ser empregadas em operações de GLO com o estrito amparo da legislação, ou seja, em situações pontuais, em que os instrumentos de segurança pública estivessem, conforme consta no artigo 144 da Constituição, com sua capacidade de operar realmente esgotada, num quadro de absoluta convulsão social, ou em situações muito especiais, como nos grandes eventos, com a presença de chefes de estado, de governo e/ou importantes líderes mundiais. Não é conveniente que as Forças Armadas sejam sequer percebidas como uma Força Policial de “luxo”, sendo demandadas com um simples pedido, eximindo de suas responsabilidades, de preparo e emprego, as seguranças públicas estaduais. Embora tenha sido recorrente o emprego das FA em Op GLO, se as instituições estaduais prestigiassem, aparelhassem, apoiassem e preparassem suas forças policiais, isto seria desnecessário. Podemos citar o Estado de São Paulo como um exemplo em que não tem sido necessário o emprego das

FA em Op GLO, pela competência e operacionalidade dos OSP.

Nos moldes aqui apresentados, seja o de ocupação longa (Operação São Francisco) ou de atuação em tempo pequeno (Operações FURACÃO), as operações de GLO são incapazes de produzir qualquer efeito duradouro se não houver uma participação integrada e permanente dos demais serviços do Estado, que são necessários naqueles ambientes carentes. As medidas de fato eficazes de combate à criminalidade no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras de maior porte não se restringem ao trabalho repressivo ocasional. Estão sim, inseridas em outros campos — jurídico, prisional, policial, social, educacional, de saneamento, saúde.

No campo jurídico, a integração da Força-Tarefa (FT), recentemente criada pela Procuradoria Geral da República (PGR), à estrutura de Inteligência disponível, relacionada ao Plano Nacional de Segurança Pública, e às ações do Comando Conjunto das FA (como o que foi ativado no Estado do Rio de Janeiro), permitirá maior facilidade e agilidade na emissão de mandados coletivos, por parte do judiciário.

O sistema prisional necessita abrangentes reformas, com novas unidades, preferencialmente afastadas dos grandes centros e em dimensões compatíveis com a

quantidade e a periculosidade da população presidiária do país. Também necessita agentes penitenciários com severo e cerrado treinamento e acompanhamento em suas condutas. Seria conveniente que o Código Penal e a Lei de Execução Penal fossem aplicados de forma menos permissiva. É premente, contudo, haver maior investimento e estímulo junto às forças de segurança pública, em todos os aspectos: moral, material, apoio jurídico, treinamento e operacional.

As fronteiras terrestre e marítima precisam ser monitoradas com maior eficácia. Neste campo, o papel das Forças Armadas é de auxílio à repressão ao tráfico de armas e entorpecentes, sendo a Polícia Federal o principal ator neste campo, apesar de o poder de polícia ter sido concedido às Forças Armadas na faixa de fronteira pela Lei Complementar nº 136/2010, que modificou a de nº 97/1999.

Sempre ocorrerão intensas pressões políticas, sociais e da mídia demandando a ação dos militares em operações típicas de segurança pública, ao primeiro sinal de debilidade das polícias. E, mesmo não sendo a vocação e a destinação primordial das Forças Armadas, a sua atuação em Op GLO está amparada no Art. nº 142 da Constituição Federal, e, aos militares, não é facultado negar ajuda em momentos de crise aos estados da federação. 🌐

Referências

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Política de Defesa Nacional: 30 JUN2005.

_____. Ministério da Defesa. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: 18 Dez 2008

_____. Ministério da Defesa. MD 30-M-01 Doutrina de Operações Conjuntas (2º Volume). 2011.

_____. Ministério da Defesa. MD 33-M-10 Garantia da Lei e da Ordem (2ª Edição). 2010.

_____. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. EMA-301 Doutrina Básica da Marinha (DBM) Rev-2 Brasília-DF. 2014.

_____. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. CGCFN-0-1 Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais. 2013.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. C85-1 Operações de Garantia da Lei e da Ordem (2º Volume). 2010.

ARAÚJO, Helena Maria Marques. Museu da Maré: entre educação, memórias e identidades. 238 Fl. PUC-Rio: Rio de Janeiro-RJ. 2012.

BASSOLI, Douglas. As Funções de Combate: Uma Transformação no Planejamento das Operações Militares. In: Doutrina Militar Terrestre em Revista. Ano 01. Jan a Mar. Ed. 1. Brasília – DF. 2013.

KRULAK, Charles Chandler. The Strategic Corporal: Leadership in the Three Block War. In: Marines Magazine. EUA. 1999.

LIND, Willian; NIGHTENGALE, Keith; SUTTON, Joseph; WILSON, Gary; SCHMITT, John. The Changing Face of War: Into the Fourth Generation. In: Marines Corps Gazette. Ed. Outubro. 1989.

PILAR, Ricardo Henrique Santos do; DÓRIA, Alexandre José Gomes; PINTO HOMEM, Henrique de Castro. Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais – Maré I. In: Revista Âncoras e Fuzis – Corpo de Fuzileiros Navais. N°45. CDDCFN: Mangaratiba – RJ. 2014.

PINTO HOMEM, Henrique de Castro. Operação São Francisco: Análise do emprego do GptOpFuzNav em uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). In: O Anfíbio – Revista do Corpo de Fuzileiros Navais. V33 – 2015.

VISAGRO, Alessandro. O Desafio da Transformação. In: Revista Military Review, v.2/2011, Ed. Brasileira, Forte Leavenworth: CAC.2011. P.49.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ William S. LIND, nos anos 80, definiu três gerações dos Conflitos Modernos. A Primeira Geração de conflitos foi no período dos séculos XVII a XIX e se destacou pela ordem e formalidade no campo de batalha e pela aplicação de exércitos nacionais. A Segunda Geração foi marcante em meados do século XIX, com a utilização pelos franceses, dos exércitos de massa e do emprego maciço da artilharia, caracterizando as batalhas pelo poder de fogo e atrito. A Terceira Geração teria suas características geradas por experiências da Primeira Guerra Mundial e das guerras de trincheiras. Assim sendo, surgiram conflitos dedicados à velocidade para a manobra, como as *Blitzkrieg* desenvolvidas pelos alemães. LIND,

ao estudar conflitos a partir dos anos 80, em especial a Primeira Guerra do Iraque, percebeu um novo tipo de conflito, os de Quarta Geração, que têm como características a assimetria entre os opositores e a presença de opositores não estatais.

- ² Centro de gravidade (CG) – É uma fonte de força, poder e resistência física ou moral que confere ao contendor, em última análise, a liberdade de ação para utilizar integralmente seu poder de combate. O CG, uma vez conquistado ou atingido, poderá resultar no desmoronamento da estrutura de poder, uma vez que se trata de um ponto de equilíbrio que dá coesão às forças, à estrutura de poder e à resistência do adversário, sustentando o seu esforço de combate. Existe em todos os níveis de condução da guerra (Glossário das Forças Armadas – MD 35-G-01).
- ³ O general Charles Chandler KRULAK foi comandante-geral do USMC no período de 1995 a 1999 e autor do texto *The strategic corporal: leadership in the three block war*, publicado na revista *Marines Magazine* em Janeiro de 1999 e na revista da *Air Force University* em 2006.
- ⁴ Em linhas gerais, são “operações conduzidas para manter ou restabelecer o ambiente de segurança (*safety & security*) e prover serviços públicos essenciais, infraestrutura de reconstrução em emergências e assistência humanitária” (*US NAVY, MCIP 3-33.02*, versão 2014, p.1-4).
- ⁵ Atiradores de precisão posicionados no terreno com a tarefa de prestar segurança ao deslocamento da tropa.
- ⁶ Fonte: Site G1. Disponível em: <g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/06/pm-assume-ocupacao-de-favelas-da-mare-partir-desta-terca.html>. Acesso em: 03 Jun 2018.
- ⁷ Crimes Militares aqui descritos são, exclusivamente, aqueles enquadrados juridicamente no previsto da norma legal brasileira.
- ⁸ No decorrer da Operação São Francisco, oito GptOpFuzNav passaram pelo Complexo da Maré.
- ⁹ Operações de apoio à informação (OAI), nomenclatura empregada pela FPac, é o nome atual pelo qual são chamadas as operações psicológicas (OpPsc). Contribuem com as operações psicológicas, as operações civis-militares e as ações cívico-sociais (ACISO), pois ambas influenciam comportamentos favoráveis da população civil previstas na DBM (EMA – 305, 2014 Rev-2).